

Idéias em debate

Constituinte — eleições presidenciais — dívidas

EDMUNDO ZARZUR

CONSTITUINTE

Qual será o futuro do Brasil? Enquanto as dívidas crescem, os nossos representantes no Senado e na Câmara dos Deputados estão preocupados com a "Constituinte" procurando inventar condições e regras artificiais, esquecendo do caminho mais fácil para atingir o mesmo objetivo: o estudo analítico da atual "Constituição" com a finalidade de promover as indispensáveis alterações.

Caso contrário perderemos muito tempo para no final de afogadilho, ser aprovada uma "Constituição" idêntica a uma "colcha de retalhos", com tantas falhas e imperfeições, obrigando a uma posterior revisão, às vezes impossível de correções (não esquecer o "Plano Cruzado" onde os alugueis, os compulsórios, o "gatilho salarial" são alguns problemas de difícil solução).

O mais importante é a mobilização de recursos necessários para o pagamento dos constituintes, seus alojamentos, jetons, transportes, etc. agora aumentados com a utilização da imprensa escrita, falada e televisada para diariamente informar "nada". Onde está o bom senso? Onde está o patriotismo? Quando pretendem promulgar a Nova Constituição? Provavelmente quando não tivermos mais recursos financeiros para a devida divulgação.

ELEIÇÕES

A atual Constituição aí está para ser cumprida integralmente e por isto não há razão para se discutir a duração do atual mandato presidencial que somente poderá ser alterada se constar da futura "Carta Magna".

DÍVIDAS

Em artigo publicado "Os gafanhotos do Plano Cruzado" demonstrei que o "Plano Cruzado" provocou um aumento incalculável de cruzados circulantes determinado, principalmente, pela grande expansão da base monetária e pela política salarial.

Durante o "congelamento de preços", vigiado por 135 milhões de fiscais de Sarney, o governo continuou emitindo, permitindo que as emissões (março a julho) fossem maiores do que todas as emissões do ano anterior (1985).

Apesar do congelamento de preços, diminuição dos alugueis e conversões das dívidas, permitiu-se aumentos salariais: nas suas datas-base, cada categoria reivindicava e obtinha aumentos substanciais. Antes havia uma corrida de preços e salários; com o "Plano Cruzado" os preços recuaram e os salários continuaram correndo, mudando a lei da "oferta e procura" para a "lei da procura".

Com maiores salários e aumentos das emissões resultou que cada mês mais cruzados (bilhões) eram colocados nas mãos dos consumidores; estes cruzados funcionaram

como "gafanhotos" permitindo o consumo de todos os produtos.

O ano de 1986 foi externamente bom para o Brasil, com queda dos preços do petróleo, do dólar, dos juros e do trigo, o que nos proporcionou uma economia de US\$ 2,7 bilhões, mas mesmo assim o sonho da "inflação zero" custou-nos bilhões de dólares. A política econômica adotada exacerbou o crescimento da demanda, principalmente no que toca ao consumo interno, levando ao virtual esgotamento da capacidade de crescimento da oferta a curto prazo: tivemos que importar mais e exportar menos. A equipe econômica obrigou-nos até a importar produtos contaminados ou deteriorados, como carne, leite, arroz etc., num valor acima de US\$ 2 bilhões.

O setor externo da economia foi com-

pletamente desarticulado e o total do endividamento passou de US\$ 105 para US\$ 110 bilhões, enquanto que nossas reservas cambiais baixaram de US\$ 11 para US\$ 5 bilhões. Não fossem estas perdas, que somadas atingiram US\$ 11 bilhões, nossa dívida externa poderia estar abaixo de US\$ 100 bilhões.

Antes do "Plano Cruzado" conseguíamos pagar os juros da dívida e agora, fomos obrigados à "Moratória", pois nem juros da dívida podemos pagar. Como deixar de pelo menos criticar severamente a equipe econômica responsável pelo "Plano Cruzado".

Mais importante do que a dívida externa é a nossa dívida interna que com o Plano Cruzado cresceu muito; hoje está calculada em mais ou menos US\$ 65 bilhões (Cz\$ 1,9

trilhão). A medida que o tempo passa esta dívida aumenta porque os juros são pagos com a emissão de papel moeda, constituindo-se importante fator de alimentação da inflação.

Enquanto não conseguirmos controlar, nossa dívida interna jamais seremos capazes de pelo menos diminuir a externa.

Também a política salarial deve ser modificada e controlada, pois tem grande influência no controle dos custos de produção.

Dáí tomo a liberdade de perguntar pela 2ª vez:

1. Nos países onde a inflação anual é inferior a 10% qual é a política salarial? Os seus trabalhadores têm aumentos mensais, nas suas datas-base, como acontece no Brasil?

2. Qual era a inflação anual no Brasil no período anterior ao ano em que se iniciaram os aumentos salariais por categorias de trabalho, nas suas datas-base?

Concluindo: Os nossos trabalhadores devem ser remunerados adequadamente. Somente com a mudança da política salarial, somada ao rigoroso controle dos gastos públicos, é que se conseguirá reunir forças e recursos para atingirmos o caminho do real desenvolvimento sem "Dependências" externas.

Estaremos no caminho certo quando todos os senadores e deputados deferais resolverem trabalhar com competência e patriotismo, procurando acompanhar e resolver os problemas que afligem o povo brasileiro.

O autor é médico

C
ve
st.
de-
til-
tu
gr
A:
cc
po
in
m

do.
Je:
le:
fic